

Líder do PFL quer liberais unidos em 89

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), está convencido de que os políticos liberais estarão unidos nas próximas eleições presidenciais. As divergências atuais, entre governistas e antigogovernistas, serão superadas pela necessidade de evitar a vitória dos candidatos extremistas.

O PFL reúne hoje, pela manhã, sua Executiva nacional para decidir o adiamento da convenção partidária, marcada para 15 dias após o término da Constituinte. Os governistas acham que a convenção agora prejudicará o Partido nas eleições municipais.

O esforço do presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), para aglutinação das correntes liberais tem, no entanto, adversários. O senador João Menezes (PFL/PA), até o momento o único defensor da candidatura do ministro do Exército, general Leônidas Pires, a presidente da República, entende que de nada adiantará o trabalho que está sendo realizado.

"O Maciel passa o tempo todo falando em blocos partidários, em grupos, fazendo articulações, mas disso não resulta nada. Ele tem um Partido nas mãos, é presidente do PFL, porém não mostra serviço. Foi chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e saiu sem ter deixado nada de notável. Não acredita no êxito de suas articulações", comentou.

O desânimo de João Menezes não é, porém, predominante na maioria do Partido. O líder José Lourenço, que teve vários atritos com Maciel, causados por suas posições antagonistas em relação ao Governo Sarney, garante que o PFL está muito bem e vencerá em mais capitais do que o PMDB, a quem considera em processo decadente.

Pelos cálculos de Lourenço, o PFL tem vitórias garantidas em seis capitais: Aracaju, Maciel, João Pessoa, Macapá, Recife, Teresina e Vitória. Em coligação deverá vencer em pelo menos mais quatro capitais. O PDS ganharia em quatro e o PMDB em outras tantas, o que seria um sinal de sua decadência, pois em 86 venceu em 22 Estados.

Na sua interpretação, esses resultados mostram que está havendo uma reformulação do quadro político e que o povo está descontente com os que o ludram com promessas demagógicas. Acredita Lourenço, em consequência, que, havendo uma aproximação dos políticos liberais, como considera inevitável, a disputa sucessória presidencial será entre o candidato representante deste grupo e outro da esquerda.

Bloco de Sarney sem definição

A Comissão de assessores que elabora o esboço de Regimento Interno para o Senado Federal ainda não definiu os critérios para a estruturação do bloco parlamentar, figura prevista na nova Constituição e que deve ser incluída nas normas regimentais. O 1º secretário, senador Jutahy Magalhães (PMDB/BA), coordenador do trabalho preliminar para a apresentação de um anteprojeto à Mesa Diretora da Casa, sabe no entanto que esta definição não se dará a nível político, mas ficará restrita à esfera técnica. O novo Regimento deve estabelecer um número mínimo de integrantes de cada bloco, nunca a tendência ideológica de sua formação.

O senador acredita que o esboço do novo Regimento deve ficar pronto entre hoje e amanhã. Porém, mesmo que os assessores necessitem de mais alguns dias para concluir seu trabalho, a proposta geral de reestruturação das normas já está definida, com base na nova dinâmica de ação que o Legislativo assumirá ao retomar suas prerrogativas. "O Regimento deve permitir uma ação mais objetiva do Congresso, possibilitando ampla atuação nos seus poderes de legislar e fiscalizar o Executivo", lembra Jutahy Magalhães.

O que é um bloco parlamentar? Esta é a questão que está sendo definida pelos quatro assessores da Secretaria Geral, encarregados de elaborar o esboço do novo Regimento. Eles podem até chegar a discutir a quem interessa a criação de um bloco; que poderá ter cada um destes grupos nas decisões em plenário e que consequências trarão para a estrutura partidária. Mas a resposta que terão que inserir nas normas regimentais será somente técnica: número mínimo e máximo de participantes, em que circunstâncias atuarão no plenário do Senado e das comissões. Para o senador Jutahy Magalhães, esta é a "pior coisa" que poderia ter sido aprovada pela Constituinte em relação ao Legislativo.

Sem voto, inovações não passam

Governistas dispensam o 3º turno, mas não a votação

"Se a Comissão de Redação cometer coisas que considero inaceitáveis, não vou ficar em silêncio", ameaçou ontem o líder do PFL, deputado José Lourenço, enquanto o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, confirmava logo depois que vai levantar uma questão de ordem em plenário cobrando a votação, ainda que simbólica, de toda matéria nova incluída no texto da Constituição no segundo turno. Quanto às alterações de mérito feitas na Comissão de Redação, ele acha que não poderão ser assimiladas pelo plenário sem protestos. Os dois vão falar amanhã na sessão da Constituinte.

Lourenço e Sant'Anna têm certeza de que conquistarão adesão à tese que levantarão em plenário, mas não alimentam muita esperança de sensibilizar o presidente Ulysses Guimarães, a quem cabe de fato resolver as questões de ordem. O PFL pretende protestar apenas contra a colocação do tabelamento de juro como parágrafo, quando era originalmente um inciso do artigo 192.

Sant'Anna quer listar os pontos que foram colocados apenas no segundo turno, mas se fixando no que chama de exemplo gritante: o artigo 13, que trata das ineligibilidades. Ele admite que pode vir a ser confundido com um criador de caso, mas defende-se argumentando que quer se prevenir para que no futuro esses pontos não venham a ser questionados no Judiciário, já que deixaram de passar por dois turnos de debates e votações. "Era isso que pregava a emenda 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte e também o Regimento Interno" — lembrou.

O líder governista acredita que se houvesse boa vontade do presidente Ulysses Guimarães para

compreender os reais objetivos de sua questão de ordem, as coisas se encaminhariam facilmente. Como acha que ninguém tentará derrubar nada do rol das alterações, bastava reservar algumas horas da sessão para votá-las, abrindo um curto espaço de tempo aos debates. Depois, a aprovação seria em bloco.

Sant'Anna discorda contudo dos que querem considerar a votação do texto final como suficiente para sanar esses problemas. E diverge dos que acham possível à Comissão de Redação fazer emendas no mérito, a título de sanar omissões, como procedeu com relação aos bens do Distrito Federal e para tornar obrigatório o pagamento de imposto de Renda pelo presidente da República e ministros de Estado.

Aliás, o deputado disse que esses casos são até mais graves, porque não tiveram nenhum turno de votação nem de discussão e constituem na prática acréscimos sem aval do plenário. Já o líder do PFL, José Lourenço, que se diz contrário a um terceiro turno, está seguro de que os constituintes não aceitarão tranquilamente as inovações que considerarem mudanças de mérito.

Apesar de vir estudando os problemas com sua assessoria e estar convencido de que, sem algumas precauções, no futuro, quem se sentir prejudicado questionará a constitucionalidade dos pontos acrescidos no segundo turno, Sant'Anna está convencido de que na sessão de amanhã prevalecerá novamente a pressão que dominou todos os trabalhos finais da Constituinte. Por isso, quer marcar posição e até fará a questão de ordem oralmente, em plenário, "porque escrita corre o risco de ser ignorada completamente", justificou.

JULIO ALCANTARA



Celso Cunha: contra o "fa-lo-á" e o "far-se-á"

Magoado, filólogo se vai

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

"A clareza é a cortesia do legislador para com o seu povo". Foi desta forma, citando Ortega y Gasset, que o professor Celso Cunha, assessor especial da Comissão de Redação, encerrou a sua participação na Constituinte, depois de ter 65 de suas recomendações sumariamente rejeitadas.

Sentado ao fundo do plenário, o filólogo não teve direito à palavra durante a discussão de suas propostas na Comissão. E não foi por falta de iniciativa. Enquanto o líder peemedebista Nelson Jobim lia apressadamente as suas restrições às alterações propostas por Cunha, ele tentou fazer diversas vezes, através de gestos dirigidos ao presidente ou simplesmente batendo no microfone à sua frente. Mas só no final da votação, quando tudo já estava decidido, é que o de-

putado Ulysses Guimarães passou-lhe a palavra.

Foi neste momento que Celso Cunha desabafou. Começou ensinando aos constituintes que uma Constituição deve ser escrita numa língua culta normal dos brasileiros, "cultura sem ser preciosa, normal sem ser vulgar". Com esta introdução, ele justificou porque preferia, por exemplo, a substituição de "far-se-á" por "será feita". Confessou que, se dependesse de sua vontade, todas essas formas mesocliticas seriam retiradas do texto, "porque elas são formas de uma linguagem que já parece aos brasileiros um pouco preciosa".

O filólogo terminou dizendo aos membros da Comissão de Redação o que acha da futura Carta Magna: "Estilisticamente é uma Constituição sui generis, que parece duvidar da eficácia da lei. Então ela vem com advérbios, vem enfatizando aquilo que normalmente uma lei deveria dizer e ser cumprida".

Ulysses força para que não haja atraso

A previsão de que um dia seria insuficiente para examinar todos os 463 destaques apresentados à Comissão de Redação se confirmou: embora os membros da Comissão tenham desistido de boa parte destes destaques, e dezenas de outros ficassem prejudicados, até as 21 horas de ontem era grande o volume de matérias a ser apreciadas e não havia hora prevista para o término da reunião. O presidente Ulysses Guimarães, no entanto, mantinha a disposição de levar o trabalho até o final, sem interrupções, para não ser obrigados a adiar a data marcada para a votação final do texto, quinta-feira.

No início da noite, a Comissão decidiu, por 13 votos a 8, manter a redação votada em plenário para o inciso I do artigo 192, que dá aos bancos a possibilidade de explorar outras áreas além do mercado financeiro bancário, a serem definidas através de lei complementar.

As atividades das insti-

tuições financeiras haviam sido restringidas com a alteração feita pelos relatores, que substituíram a palavra **autorização** na expressão "sendo vedadas a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização" por **inciso**. Com a modificação, os bancos teriam acesso apenas aos instrumentos do mercado financeiro bancário.

Para as próximas eleições, o que valerá será o prazo mínimo de domicílio eleitoral fixado pela nova Constituição (quatro meses) e não o período de um ano definido na atual Carta, segundo decidiu a Comissão de Redação.

A Comissão também estabeleceu dois incisos do artigo 25 das Disposições Transitórias, que trata dos poderes do Congresso para legislar sobre matéria financeira. Com a decisão, organismos como o Conselho Monetário Nacional perdem a faculdade de legislar através de portarias e resoluções

JULIO ALCANTARA



Afonso Arinos, Luiz Viana e Plínio Sampaio discutem: no meio, o "Aurélio"

Ação ameaça cassar o ouro dos constituintes

Porto Alegre — Foi distribuída ontem para a 12ª Vara Federal a medida cautelar, impetrada pelo advogado gaúcho Antônio Beiriz, que pediu o sequestro das mil e 400 medalhas de ouro, prata e bronze, no valor total de Cz\$ 49,7 milhões, que o Congresso Nacional pretende distribuir às autoridades, constituintes e colaboradores em outubro. Beiriz, que pediu liminar, alega que o metal precioso é reserva da União, patrimônio público e os constituintes já são privilegiados pelos eleitores para fazerem a Constituição, recebendo também vencimentos.

— Não ficou esclarecido na anunciada homenagem com distribuição de medalhas, quem autorizou a despesa, qual a rubrica em que será inserida, e os motivos para tal distribuição de medalhas. Se eles querem medalhas, que vão a Seul disputar as Olimpíadas, ironizou Beiriz. Na liminar (medida que susta de forma preliminar a dis-

tribuição das medalhas) Beiriz pede igualmente que, por enquanto, a Casa da Moeda seja nomeada depositária fiel, até que ele entre com outra ação, a principal, que visa a identificar e responsabilizar os autores da distribuição das medalhas.

ALTO CUSTO

O advogado gaúcho observa que a anunciada homenagem prevê a distribuição de cinco medalhas de ouro (20 gramas cada), valendo Cz\$ 620 mil cada uma, para as principais autoridades do País, como os presidentes da República, do Congresso, do Senado e Supremo Tribunal Federal. Também serão distribuídas 600 medalhas de prata (Cz\$ 40 mil cada) para os constituintes e 795 medalhas de bronze (Cz\$ 28 mil cada), destinadas a outras autoridades e colaboradores, e que seriam entregues a partir do dia cinco de outubro, data da promulgação da nova Constituição.

Para Antônio Beiriz, a iniciativa da distribuição de medalhas "é um abuso que não pode ser autorizado" e nem há motivação legal para isso, daí a ação cautelar contra a União e a Casa da Moeda (por não ter conseguido identificar ainda os autores da homenagem). "Os constituintes merecem toda a nossa consideração pelo trabalho que realizaram, mas não há justificativa legal para receberem as medalhas. Afinal, era uma obrigação deles, foram regimemente pagos para isso, sem contar o privilégio que todos os eleitores lhes concederam de elaborar a Carta Magna do País", reclamou Beiriz.

Agora, a juíza federal Tânia Escobar deverá citar a Procuradoria Geral da República — como representante da União — para contestar a cautelar, prosseguindo depois com a apresentação de testemunhas e provas e depoimentos de pessoas, a serem ainda apontadas no processo.

Roriz promete autorizar bosque

Uma das primeiras medidas a serem tomadas pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, será autorizar a utilização da área atrás do Pantheon da Pátria para a instalação do Bosque dos Constituintes. Pelo menos é o que esperam os promotores deste projeto, idealizado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF, que tem como principal objetivo estabelecer um marco físico, com 800 árvores, para servir de referencial histórico sobre a conservação da natureza.

A própria Constituinte serviu de inspiração ao projeto ao incluir no texto constitucional um capítulo específico sobre o meio ambiente, "um dos mais avançados do mundo em termos de legislação ambiental", segundo avaliação dos promotores da criação do Bos-

que. A plantação das árvores, neste sentido, visa muito mais que homenagear os parlamentares que fizeram a nova Constituição. Objetiva fazer deles executores dos dispositivos da Carta e, ao mesmo tempo, procura despertar a sociedade para o acompanhamento destas diretrizes gerais sobre a questão ambiental.

O promotores — além do IBDF, o Ministério da Agricultura, o Congresso Nacional e a Sociedade Brasileira dos Engenheiros Florestais — só esperam a autorização do GDF para o lançamento oficial do projeto. Acreditam que o novo governador dará seu apoio à idéia, já que até os impedimentos técnicos e estéticos foram descartados pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Lúcio pediu uma área para instalar

uma massa de araucárias mas não colocou qualquer objeção quanto à composição do Bosque, que incluirá plantas de diferentes espécies florestais da flora brasileira.

Mesmo sem ainda contar com a autorização oficial do GDF, os promotores marcaram o lançamento do projeto para 4 de outubro, um dia antes da promulgação da Constituição. Assessores do presidente Ulysses Guimarães garantem que ele plantará a primeira muda de árvore, de espécie correspondente à sua posição na Assembleia. Se a Ulysses caberá uma madeira-de-lei, pau-ferro, não há previsão de que árvore será destinada aos demais constituintes, ou ao presidente Sarney, aos ministros de Estado, aos governadores e a outras autoridades.

JULIO ALCANTARA



Daso preside, do alto, entre os taquígrafos; à esquerda, cabisbaixo, Adyson

Dois perdidos na tarde vazia

SIMONE CALDAS
Da Editoria de Política

A cena poderia ser considerada surrealista, se não fosse, antes, cômica. Imaginem um plenário com cerca de quinhentas cadeiras vazias e dois oradores que se revezam entre o microfone e a presidência dos trabalhos.

Foi o que aconteceu ontem na sessão da Câmara. Quando o deputado Dason Coimbra (PMDB-RJ) anunciou o horário de licenças, pediu ao deputado Adyson Motta (PDS-RS) único presente, que o substituisse à Mesa, para que ele (Dason), pudesse falar em nome do PMDB.

Em seguida, querendo falar em nome do PDS, Adyson voltou para a tribuna, enquanto Dason retornava para seu posto de presidente e ouvinte.

Não tendo mais o que ser dito, a sessão foi encerrada 55 minutos depois de iniciada. Uma outra foi convocada para hoje.

Entre as 14:30 e 15:25 poucos deputados se ariscaram a fazer ou ouvir um discurso. Muitos simplesmente encaminharam o que tinham a dizer direto para o serviço de taquígrafia, para que suas palavras fossem escritas nos anais da Casa. A maioria compareceu apenas para entregar cópia do discurso, como o deputado Siqueira Campos. Outros esperaram apenas o tempo para falar, indo embora em seguida. No entra-e-sai de 14 deputados que passaram pelo plenário (sempre rapidamente), durante o pinga-fogo, apareceu uma visita inesperada — o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto

Cardoso Alves.

Mesmo com o plenário vazio, Adyson Motta resolveu "cumprir minha obrigação", denunciou o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) de estar querendo adicionar uma frase ao parágrafo quarto do artigo 144. "O que desvirtua totalmente o sentido do que se está tentando fazer nesta reta final", Motta deixou entrever que Jobim tem o apoio da Comissão de Redação, e que sua proposta limita a competência das polícias civis.

Segundo Adyson, ao acrescentar a frase "as infrações cujo julgamento seja da competência originária dos Tribunais", restringe-se às funções dessas polícias e, ainda, fere-se o regimento interno da Constituinte, que não permite emendas aditivas nessa fase.